

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



Café da Manhã

ULISSES AESSE

Pacto com empresários é a primeira vitória de Caiado

Mesmo ainda não exercendo o governo de **Goiás**, o senador **Ronaldo Caiado**, governador eleito, mostrou que é bom de articulação e de argumentos. A sua primeira grande vitória foi convencer os empresários goianos sobre a revisão da política de incentivos no **Estado**.

Caiado (ele é do **DEM**), conseguiu selar um grande pacto com o empresariado. Esse acordo vai resultar em benefícios a Goiás na ordem de R\$ 1 bilhão no tocante aos incentivos fiscais. O trunfo de Caiado é que ele conseguiu convencer os empresários a aceitarem reduzir seus benefícios oriundos dos programas **Produzir** e **Fomentar** em um prazo de 12 meses.

'O ponto fundamental é que construímos um entendimento, através da sensibilidade enorme e do compromisso de todo o setor industrial, que vai estender as mãos para Goiás nesta hora difícil. Vai nos ajudar numa mudança de incentivos neste ano de 2019, dando uma margem de R\$ 1 bilhão para que o estado possa ser socorrido neste momento', afirmou o governador eleito. Todos sabem que Goiás não vem bem das pernas, principalmente quando se fala em governo'. Caiado, por isso, buscou um diálogo franco, sincero e direto com o empresariado. É bom dizer que o governador eleito contou, também, com a parceria da Assembleia Legislativa, da **Associação Pró-Desenvolvimento Industrial de Goiás (Adial)** e **Federação da Indústria do Estado de Goiás (Fieg)**. 'Além do resultado positivo deste entendimento, ainda temos a certeza de que avançaremos com muitas indústrias que se instalarão em nosso estado', disse o governador. Caiado, pelo jeito, não veio para brincar, nem fazer discuso *chocho* com seus antecessores. Quer ver Goiás na liderança do desenvolvimento regional, e, quem sabe, nacional.





Caiado busca diálogo para minimizar estado quebrado

Maturidade e diálogo encaminham discussão dos benefícios fiscais com participação do governador eleito, empresários e parlamentares, mas estado ainda apresenta um dos piores cenários do país



Helton Lenine
Da editoria de **Política**

Até menos de 25 dias para receber a administração de Goiás das mãos do governador José Eliton (PSDB), o senador Ronaldo Caiado (DEM) terá pela frente um Estado em desmanche: dívidas orçamentárias de R\$ 7,5 bilhões, débito do Estado de Goiás com a União que bate a casa dos R\$ 20 bilhões, salário dos servidores (cuja folha chega a R\$ 1,3 bilhão) atrasados, inadimplemento com faculdades que beira a R\$ 100 milhões, dívidas com Organizações Sociais (OS's) que atuam na saúde e uma infundável crise de pagamentos setoriais que atingem cada secretaria de governo. Não bastasse, o principal ativo do estado, a Celg, foi vendido – em tese, o melhor negócio do mundo, já que não existe concorrência de serviços e baixíssima inadimplência.

Apesar de inúmeras notícias negativas, as primeiras começam a aparecer por meio do diálogo. A primeira vitória significativa do governador eleito ocorreu na terça-feira, 4, quando conseguiu um acordo com o segmento empresarial para reduzir os benefícios fiscais previstos pela Lei Estadual 13.591/2000, norma estadual que instituiu o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Pro-



Governador eleito Ronaldo Caiado: esforço será o aumento da receita para superar crise financeira do Estado

duzir). A medida economizará R\$ 1 bilhão para Goiás em um ano. “O ponto fundamental é que construímos um entendimento, através da sensibilidade enorme e do compromisso de todo o setor industrial”, disse Caiado ao elogiar o comportamento dos integrantes da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial).

Ainda que o estado esteja quebrado, Ronaldo Caiado não tem discutido a validade dos incentivos fiscais. Ao contrário: “Tem como missão desenvolver o estado”.

Alguns aliados do senador, caso do deputado estadual Lívio Luciano (Podemos), que ajuda a costurar a lei na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), acreditam que os incentivos e benefícios foram mul-

tos ao longo dos anos. O tamanho da renúncia pautou o debate público nos últimos dias. O Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás (Sindifisco), por exemplo, apresentou estudo em que Goiás é o campeão nacional de renúncia fiscal, com R\$ 9.983.042.805 em 2017.

No levantamento do Sindifisco, o que Goiás perde com os benefícios (R\$ 9,98 bilhões/previ-

são para 2019) daria quase para custear os maiores gastos do governo, caso da educação (R\$ 6,34 bi), segurança pública (R\$ 2,83 bi) e saúde (R\$ 2,74 bi).

Apesar de todas particularidades da questão, Caiado tem reafirmado que seu compromisso com os empresários é a geração de mais empregos. As bases da negociação do futuro governo com a Adial

incluem o incremento de investimentos no Estado, o que tende a aumentar a arrecadação de impostos e geração de mais postos de trabalho a partir de 2019.

DIÁLOGO

No âmbito dos empresários, o que mais chamou a atenção foi a disponibilidade em dialogar e atender um pleito de Caiado. De sua parte, o mesmo foi feito: reafirma que é hora de cada um fazer a sua parte.

Otávio Lage Filho, presidente da Adial, disse que 12 meses “passa rápido”. E o governo merece crédito pela forma com que Caiado tem atuado, sempre em busca do diálogo. “Com esse acordo, a maioria das empresas deve fazer ainda mais investimentos, crescer e desenvolver”.

A redução dos incentivos fiscais foi aprovada ontem, em segunda votação, após acordo entre a Associação Pró-Desenvolvimento Industrial de Goiás (Adial) e o governador eleito Ronaldo Caiado. Com a redução sancionada, o Estado poderá aumentar a arrecadação do Estado em R\$ 1 bilhão para o próximo ano.

Os setores automotivo, farmacêutico e sucroalcooleiro são os que mais terão maiores reduções de benefícios. Por sua vez, os empresários ligados à produção de grãos, como arroz, feijão, soja e milho, não terão benefícios alterados.

De acordo com Ronaldo Caiado, a medida valerá só para o próximo ano, pois o Estado precisa ser socorrido.

“Estado vai dar exemplo e cortar despesas”, diz governador eleito

Helton Lenine

Em almoço de confraternização de final de ano com a diretoria do Sindicato dos Condomínios e Imobiliárias de Goiás (Secovi-GO), o governador eleito Ronaldo Caiado (Democratas) afirmou que a meta é dar celeridade às demandas do setor empresarial para dar um diferencial significativo em relação a outros

Estados. “Estamos vivendo hoje um momento em que temos de tomar posição para melhorar a arrecadação e de nossa parte daremos a contrapartida, ou seja, vamos cortar na própria carne, reduzindo significativamente os gastos”, disse.

O governador eleito disse ainda que serão feitos cortes substanciais no Estado para não onerar o bolso do cidadão. “A situação fiscal do

Estado também nos obriga a aderir a um regime de recuperação fiscal. Não vamos buscar a alternativa simples de sobreviver com um orçamento maquiado, dentro de uma situação irreal”, disse. “Vamos conter despesas. Sabemos do potencial de Goiás e que sua capacidade de recuperação é real. Para isso precisamos colocar a casa em ordem. É preferível tomarmos um remédio amargo

no começo do que passamos quatro anos enxugando gelo”, reafirmou.

Caiado reforçou que terá ligação direta com o setor imobiliário. “É uma área responsável por viabilizar grande parte de mão-de-obra não só em Goiás mas em todo o Brasil. O setor pode ter certeza de minha disposição para que o governo seja um facilitador de suas ações e não um entrave no processo de desenvolvimento” disse.



Ronaldo Caiado e dirigentes do Secovi-GO



ORÇAMENTO IMPOSITIVO

Deputados asseguram aumento gradual do percentual da receita

DA REDAÇÃO

Deputados estaduais aprovaram, na última na quarta-feira, em segunda votação, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prevê aumento gradual da verba destinada ao Orçamento Impositivo, que se trata da quantia repassada para emendas parlamentares. A medida também determina que o valor seja aplicado, em 2019, exclusivamente para projetos na área da saúde.

O texto aprovado é de autoria do deputado Simeyzon Silveira (PSD). A proposta recebeu 31 votos favoráveis. Já os deputados Major Araújo (PRP) e Talles Barreto (PSDB) votaram contra a medida.

A emenda foi promulgada pela mesa diretora da Assembleia Legislativa, pois não precisa da sanção do governo. A PEC foi aprovada em acordo com o governador eleito, Ronaldo Calado (DEM).

A verba que será repassada é uma porcentagem da Receita Corrente Líquida do Estado. Assim, em 2019, cada um dos 41 deputados deve receber R\$ 2,5 milhões.

Conforme o texto aprovado, a porcentagem da Receita Corrente Líquida do Estado que será destinada ao Orçamento Impositivo aumentará gradualmente até o fim do próxi-



Deputados garantem verbas para as emendas

mo mandato: 2019-0,5%, 2020-0,6%, 2021-0,7%, 2022-0,8%.

Conforme a Assembleia Legislativa, a matéria modifica a PEC aprovada em setembro que determinava o pagamento integral das emendas parlamentares já no primeiro semestre de 2019. Na época, o percentual do orçamento estadual que seria repassada era de 1,2%, contra os 0,8% aprovados na quarta-feira.

DESTINO DA VERBA

A proposta também prevê que, em 2019, o orçamento seja destinado exclusivamente para projetos da

área da saúde, como a construção de hospitais. Já em 2020, o texto determina que 70% do orçamento seja aplicado em ações no âmbito da saúde e educação. O deputado pode aplicar o restante em projetos do seu interesse.

O presidente da Assembleia Legislativa, José Vitti (PDB) afirmou que a Casa, ao dar parcela de contribuição para o equilíbrio das contas públicas, cumpre seu papel para a governabilidade do estado. Segundo ele, o consenso em torno da redução dos percentuais do Orçamento Impositivo e da reinstauração dos incentivos fiscais, cujas matérias monopolizaram a

pauta do Legislativo, demonstraram o grau do comprometimento do Legislativo com o bom andamento da administração estadual. "Essa é a relação positiva que deve se estabelecer entre os poderes", assinalou.

Sobre o consenso para aprovação das alterações no Orçamento Impositivo, disse que a matéria constitui-se na maior conquista da história do parlamento goiano. "Agora é implementar aquilo que foi acertado. Eu acredito que o desfecho dado foi muito mais do que tudo o que o nosso parlamento jamais alcançou", comemorou. Fazendo menção a outro projeto em tramitação na Casa referente à convalidação dos incentivos fiscais, Vitti disse que a medida deverá promover "um salto de arrecadação no estado".

"Eu sempre defendo que mais do que ter apenas independência, é preciso que estabeleçamos uma relação harmoniosa com os demais poderes. E foi isso que aconteceu. Nós estamos acompanhando a realidade das finanças do estado e conseguimos pactuar os anseios do Parlamento com os interesses do Executivo. Fico muito feliz de poder participar desse momento marcante para a Assembleia", sublinhou.

Repasse de Bolsa Universitária está suspenso há oito meses

AGÊNCIA ESTADO

Com os R\$ 2,9 mil que recebe por mês, o auxiliar de processos Adenir Antunes Silva Filho, de 25 anos, sustenta a família - um irmão, a madrinha e a mãe. Sobram R\$ 500 para pagar a faculdade de Direito, cuja mensalidade é de R\$ 1.808. A conta só fecha porque Silva Filho tem direito a um desconto de 50% da universidade por ser um dos melhores alunos e recebe uma bolsa de R\$ 400 do governo de Goiás.

O programa Bolsa Universitária já formou 200 mil alunos no Estado desde 1999. Os recursos são repassados às instituições de ensino para pagar parte da mensalidade dos estudantes, que, em troca, prestam algum serviço para o Estado. Há oito meses, porém, o governo de José Elton (PSDB) não repassa as bolsas, segundo o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Educação Superior de Goiás (Semesg). O presidente da entidade, Jorge de Jesus Bernardo, afirma que, se a dívida não for quitada até o fim do ano, as instituições de ensino não continuarão com o projeto em 2019. "Eu dependo da bolsa. Sem ela, não tenho como pagar a faculdade e teria de trancar a matrícula", diz Silva Filho.

Além dos atuais 20 mil estudantes beneficiados pelo programa de bolsas, alunos do Instituto Tecnológico de Goiás Basileu França, focado no ensino de artes, também estão sofrendo os impactos da crise financeira do Estado. Os professores, com salários atrasados, ficaram em greve por duas semanas neste mês.

Professor do curso de produção cênica, Gabriel Coelho, de 38 anos, conta que não recebeu entre setembro e o começo de novembro. Nesse período, viveu com o dinheiro que ganhou produzindo um espetáculo. "Agora, o dinheiro acabou. Somos 11 professores de produção cênica. E sete não estão aqui porque não têm como pagar transporte para vir", disse Coelho enquanto participava, há duas semanas, de um protesto organizado por docentes, alunos e funcionários do Instituto. Na semana passada, ele foi demitido.

Segundo o professor de circo Marcelo Marques, de 47 anos, que também participava da manifestação, desde que o instituto passou a ser administrado por uma Organização Social (OS), em 2017, os salários sempre foram pagos com atraso, em média de 10 a 15 dias. Agora, os atrasos se prolongaram



POLÍTICA

Reinstituição de incentivos segue para sanção de José Eliton

ASSEMBLEIA Alvo de intensa negociação entre governo eleito e setor produtivo, projeto aprovado ontem em 2ª votação deve incrementar arrecadação em R\$ 1 bilhão

Bruna Aídar
bruna.aidar@opopular.com.br

Após negociações intensas entre o governador eleito Ronaldo Calado (DEM) e o setor produtivo, a Assembleia Legislativa aprovou ontem, em segunda e última votação, o projeto de convalidação dos Incentivos fiscais. Com as mudanças da reinstituição de benefícios e isenções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a expectativa do futuro governo é de aumentar a arrecadação em R\$ 1 bilhão no próximo ano.

O texto aprovado é, na verdade, um substitutivo do relator, deputado Lívio Luciano (Podemos), que estabeleceu ainda um prazo de um ano para que os incentivos voltem a ser discutidos, já no governo de Calado. A proposta foi apresentada por Lívio

e aprovada em primeira votação na última terça-feira (4), quando Calado esteve na Assembleia para conversar com a principal entidade a se opor à proposta original, a Associação Pró-De-

“

Esse era um tema que qualquer governador que viesse a vencer as eleições teria que abordar de maneira incisiva”

José Vitti (PSDB), presidente da Assembleia

envolvimento Industrial de Goiás (Adial), bem como com a Federação da Indústria do Estado de Goiás (Fleg) e parte dos deputados.

Com a aprovação, os setores mais afetados serão o sucroalcooleiro, o automotivo e o farmacêutico. No caso do primeiro, ficou instituída a redução de créditos outorgados para o álcool anidro de 60% para 40%. Já no caso do setor farmacêutico, a diminuição será de cerca de um terço dos créditos outorgados. O setor automotivo passará a ter que pagar cerca de 5% de taxas – hoje, eles são beneficiados pelos programas Fomentar e Produzir, e quase não pagam impostos.

Único a votar contra o projeto, o deputado Talles Barreto (PSDB) afirmou ao POPULAR que, na sua avaliação, não hou-



Presidente da Assembleia, José Vitti (PSDB): “melhor entendimento”

ve uma discussão aprofundada. “Na minha visão não houve tempo suficiente para debater com os segmentos. Acho que até o direito de revisão existe, mas não nesse momento agora, em que o governo está tomando par das coisas.”

“Tanto é que eles mudaram o texto. Tinha, por exemplo, o segmento dos grãos, e isso inviabilizaria toda a atuação deles, a cesta básica seria afetada. Uma matéria dessa importância poderia ser feita ano que vem, colocar a Casa para discutir, ouvir segmento por segmento. Eu sei que existe créditos outorgados que precisam ser revistos, mas se o empresário imaginar que as regras podem mudar em Goiás,

podem mudar de ideia e não se instalar aqui”, pontuou Talles.

Para o presidente da Casa, José Vitti (PSDB), contudo, “foi o melhor entendimento para todos os lados”. “Esse era um tema que qualquer governador que viesse a vencer as eleições teria que abordar de maneira incisiva. Até porque a arrecadação vem justamente do setor produtivo. Então, se você não tem margem para crescer, obviamente sua receita teria dificuldade em aumentar.”

Agora, o texto segue para análise do governador José Eliton (PSDB), que já teria feito um acordo para não vetar a matéria, desde que ela tivesse sido discutida com o setor produtivo.

Douglas Schinatto



Educação e Tecnologia

Servidores do Basileu França doam sangue e reivindicam salários atrasados

PUBLICADO EM 06 DEZEMBRO 2018 - REDAÇÃO /



Foto: Reprodução/Whatsapp

Professores e servidores do Instituto Tecnológico do Estado de Goiás (Itego) em Artes Basileu França realizaram uma mobilização nesta quinta-feira (6) no Hemocentro de Goiânia, localizado no Setor Cidade Jardim.

Em greve, os servidores que apoiam o "Movimento SOS Basileu França" colaboraram com a campanha de fim de ano do Hemocentro e doaram sangue para. De acordo com o grupo, foi uma proposta de manifestação em prol do Itego Basileu França, intitulada "Veia Artística".

Ainda de acordo com os servidores, os mesmos encontram-se com salários atrasados há dois meses, e alegam preocupação com demissões em massa por parte da organização social (OS) que gere o Basileu França, a Cegecon.

A reportagem do Sagres On entrou em contato com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento (SED), mas não recebeu uma resposta até esta publicação. O espaço está aberto.